

Relato de percepções junto à aldeia indígena Pinhalzinho em Planalto-RS

Insights report to the village in indigenous Pinhalzinho in Planalto-RS

Vanessa Maria Andreola

Discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM,
Avenida Roraima, 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, CEP 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil
vanessaandreola@hotmail.com

Dr. Giane de Campos Grigoletti

Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM,
Avenida Roraima, 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, CEP 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil
ggrigoletti@gmail.com

Resumo

A condição dos povos indígenas, no Brasil, assume diversas condições, desde a plena preservação de sua cultura até sua total aculturação. Conscientes da importância dos povos indígenas dentro da história do Brasil é preciso entender as formas de viver dos índios hoje, além de conhecer a organização social e espacial, fontes de geração de renda e infraestrutura, para conseguir desta forma, melhorar a vida e a comunidade. Este artigo tem por objetivo descrever percepções obtidas em visitas feitas à Aldeia Pinhalzinho, localizada no município de Planalto, dentro da Terra Indígena Nonoai, no norte do estado do Rio Grande do Sul, e ocupada por duas etnias, os kaingang e os guarani. O método do estudo baseou-se em observação direta, entrevistas com agentes do poder público que atuam no local prestando serviços de saúde e educação, com lideranças dos indígenas e com moradores indígenas do local. Os dados foram registrados informalmente, através de conversas conduzidas segundo as informações desejadas. Levantaram-se percepções a cerca de sua organização social e espacial, sua fonte de renda, sua forma de organização familiar, a habitação existente no local, entre outros dados. Paralelamente, foram pesquisados dados disponíveis no IBGE, através do Censo 2010, para levantar o grau de escolaridade, distribuição por faixa etária e renda das famílias. Os principais resultados da pesquisa apontam para a aculturação sofrida pelos índios, principalmente os kaingang, a inadequação da habitação oferecida a eles pelo poder público, tanto municipal quanto estadual, a importância da localização da aldeia junto a uma área de proteção ambiental, da qual os índios retiram recursos para alimentação e confecção de artesanato, que lhes proporciona geração de renda, o inadequado aproveitamento do território para distribuir as duas etnias que possuem culturas distintas, a existência de uma infraestrutura, tal como rede de comunicação sem fio, energia elétrica e água potável, que pode ser melhor aproveitada para a qualidade de vida dos índios.

Palavras-chave: cultura indígena, aldeia indígena, Terra Indígena Nonoai.

Abstract

The condition of indigenous peoples in Brazil, takes various conditions, from full preservation of their culture until their total acculturation. Aware of the importance of indigenous peoples in Brazil's history is necessary to understand the ways of living of Indians today, besides knowing the social and spatial organization, sources of income generation and infrastructure to achieve in this way, improve the lives and the community. This article aims to describe insights gained on visits to Pinhalzinho Village, located in the municipality of Planalto, within the Indigenous Nonoai, in the northern state of Rio Grande do Sul, and occupied by two ethnic groups, the kaingang and Guarani. The study method was based on direct observation, interviews with government agents who work at the site providing health services and education, with the village leaders and local indigenous residents. Data were recorded informally, through conversations conducted in accordance with the desired information. Rose perceptions about their social and spatial organization, their livelihoods, their form of family organization, housing at the site, among other data. In parallel, we investigated the IBGE data available through the 2010 Census, to raise the level of education, age distribution and household income. The main results of the research point to the acculturation experienced by Indians, mostly kaingang, inadequate housing offered to them by the government, both municipal and state levels, the importance of the location of the village next to a protected area, which the Indians draw resources for food and making handicrafts, which provides them with income generation, the inappropriate use of territory to distribute the two ethnic groups have distinct cultures, the existence of an infrastructure such as a network of wireless communication, electricity and water drinking, which can be better harnessed to the quality of life of Indians.

Keywords: Indian culture, Indian village, Indigenous Nonoai.

1. INTRODUÇÃO

Índio é qualquer membro de uma comunidade indígena, reconhecido por ela como tal (ISA, 2013). As comunidades indígenas ou grupo tribal¹, os povos² e as nações indígenas³ são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos. Ser índio transformou-se em sinônimo de orgulho identitário. Ser índio passou de uma generalidade social para uma expressão sociocultural importante do país. Ser índio não está mais associado a um estágio de vida, mas a qualidade, à riqueza e à espiritualidade de vida. Ser tratado como sujeito de direito na sociedade é um marco na história indígena brasileira, propulsor de muitas conquistas políticas, culturais, econômicas e sociais (GERSEM, 2006).

1.1. O índio Kaingange

Os kaingang constituem um dos cinco povos indígenas mais populosos do Brasil, habitam as regiões Sul e Sudeste do país, onde ocupam áreas nos estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (BALLIVIÁN, 2011).

Em sua organização tribal tinham uma centralização do poder bastante forte nas mãos do cacique. Sua cultura material era pouco sofisticada. Viviam de

¹ É um conjunto de famílias ou comunidades indígenas, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contato intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados (BRASIL, 1973).

² A expressão povos indígenas refere-se a grupos humanos espalhados por todo o mundo, e que são bastante diferentes entre si. É apenas o uso corrente da linguagem que faz com que, em nosso país e em outros, fale-se em povos indígenas (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2013).

³ O conceito de nação indígena é explicitamente entendido como território e não localidade, condição essencial da própria existência das sociedades indígenas. Nação diferenciada entre si e diferente da Nação Brasileira (NOVAES, 1985).

recoleta e de uma agricultura incipiente, mas a principal fonte de sua subsistência era o pinhão consumido principalmente sob a forma de farinha (WEIMER, 1999).

Os kaingang são povos pertencentes à família linguística Jê do tronco Macro-Jê, classificada em cinco dialetos mesclados por região, onde se diferenciam em várias partes de sua estrutura sendo as diferenças mais evidentes as fonológicas (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2013).

Estima-se uma população kaingang de mais de 30.000 pessoas vivendo em 32 terras indígenas. No entanto, verifica-se a presença de famílias vivendo em zonas urbanas e rurais próximas as terras indígenas e em acampamentos (BALLIVIÁN, 2011).

1.2. O índio Guarani

Os guarani podem ser encontrados nos estados do Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como também nos países da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Hoje são obrigados a viver em pequenas aldeias, em beiras de rodovias e também em acampamentos (BALLIVIÁN, 2011).

Apesar dos guarani serem os mais recentes ocupantes do território, são os mais bem conhecidos e estudados. Apesar de serem originários da região amazônica, migrações de caráter messiânico os levaram a ocupar todo litoral da costa brasileira e desta forma foram os primeiros indígenas a entrar em contato com os europeus e, por isso, aprenderam sua língua e seus costumes (WEIMER, 1999).

O guarani é um povo pertencente à família linguística Tupi-Guarani. Tem como marca étnica a prática de caminhar, onde caminham na busca da terra sem males, da terra perfeita que significa também evoluir e fortalecer-se espiritualmente (BALLIVIÁN, 2011).

1.3. População indígena no Brasil

De acordo com Gersem (2006), estimativas demográficas apontam que por volta de 1500, quando da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, essa região era habitada por, pelo menos,

cinco milhões de índios. Hoje, de acordo com o IBGE (2013), a população está reduzida a pouco mais de 800.000 índios em todo Brasil, sendo que aproximadamente 300.000 vivem na zona urbana e 500.000 na zona rural.

Segundo dados da SIASI (2008), a população indígena é de 538.154 habitantes, existindo 281

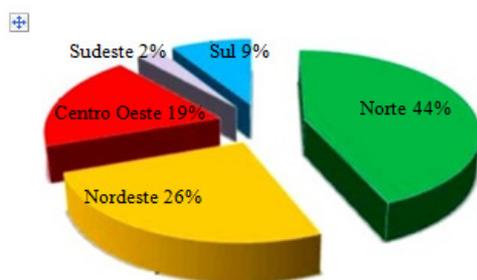


Figura 1. Distribuição da população indígena por região
Fonte: Adaptado SIASI, 2013, n.p.

etnias, distribuídos em 24 estados, 432 municípios, 336 polos-base, 4.413 aldeias, 615 terras indígenas – 64,2% regularizadas e 18,5% em estudo – em 107 milhões de hectares, que ocupam 12,6% do território nacional, conforme distribuição na Figura 1. A distribuição de índios por estado é ilustrada na Figura 2.

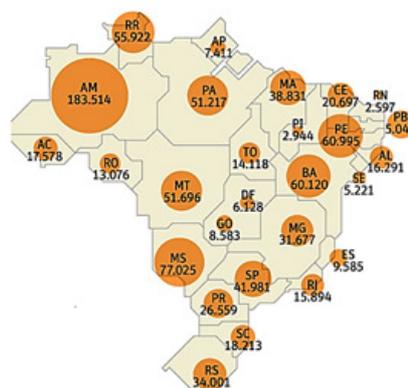


Figura 2. Distribuição da população.
Fonte: SIASI, 2013, n.p.

1.4.Contexto de intervenção

A terra Indígena Nonoai possui área oficial de 20.000 hectares e a população da área é de 2.680 pessoas. A TI Nonoai abrange cinco municípios do Estado do Rio Grande do Sul: Alpestre, Gramado dos Loureiros,

Nonoai, Planalto e Rio dos Índios. Os municípios estão localizados ao norte do Estado do Rio Grande do Sul e pertencem ao COREDE Médio Alto Uruguai, conforme Figura 3. O município de Planalto possui 27,0% do município coberto pela TI.

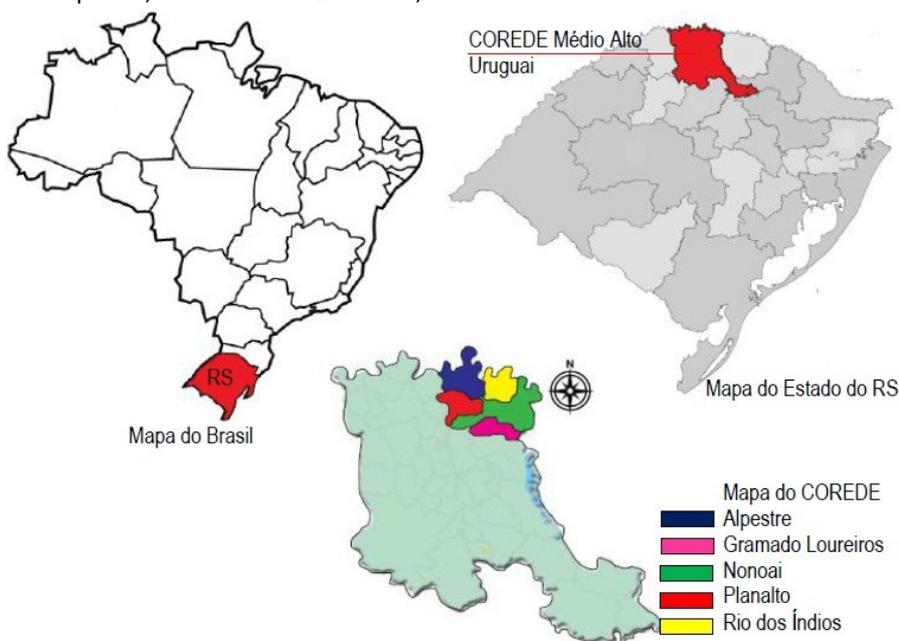


Figura 3. Localização geográfica.
Fonte: Adaptado FEE; FAMURS, 2013.

Foi escolhido o município de Planalto para implantação da proposta.

A área indígena é composta por uma aldeia chamada Pinhalzinho e dividida em oito setores: (01)Ivaí, (02)4ª seção, (03)São Brás, (04)Cruzeiro, (05) Pinhalzinho, (06)Sanga Leonardo, (07)Conceição, (08)Passo Feio, (09) Início do Parque Nonoai.

Dentro da Aldeia Pinhalzinho, o setor Pinhalzinho, foi escolhido como local para a implantação da proposta. O setor Pinhalzinho tem acesso pela RS 324. O espaço foi escolhido por ser um ponto de referência entre os demais setores. O setor foi o primeiro a ser habitado por povos indígenas, por isso leva também o nome da Aldeia toda. Os espaços restantes surgiram como consequência de necessidades imediatas, sob forma de invasão. Alguns dos setores da aldeia foram surgindo, no processo de demarcação e reconhecimento de terras indígenas que passou o município.

1.5. Identidade e organização indígena

É notório o interesse das novas gerações indígenas pela recuperação do valor e dos significados da identidade indígena, como afirmou um índio bororo certa vez: “É desejo de todo índio entrar e fazer parte da modernidade e seu passaporte primordial é a sua tradição”. Parece ser esta a razão principal da revalorização da identidade indígena. Entrar e fazer parte da modernidade não significa abdicar de sua origem, nem de suas tradições e modos de vida próprios, mas de uma interação consciente com outras culturas que leve à valorização de si mesmo. Para os jovens indígenas, não é possível viver a modernidade sem uma referência identitária, já que permaneceria o vazio interior diante da vida frenética aparentemente homogeneizadora e globalizadora, mas na qual subjazem profundas contradições, como a das identidades individuais e coletivas. Os povos indígenas são grupos étnicos diversos e diferenciados. A dinâmica e a intensidade da relação com a identidade variam de povo para povo e de região para região, de acordo com o processo histórico de contato vivido (GERSEM, 2006).

Toda organização social, cultural e econômica de um povo indígena está relacionada a uma concepção de

mundo e de vida, isto é, a uma determinada cosmologia organizada e expressa por meio dos mitos e dos ritos. As mitologias e os conhecimentos tradicionais acerca do mundo natural e sobrenatural orientam a vida social, os casamentos, o uso de extratos vegetais, minerais ou animais na cura de doenças, além de muitos hábitos cotidianos. A diversidade cultural dos povos indígenas que demonstra a multiplicidade de povos e das suas relações com o meio ambiente, com o meio mítico religioso e a variação de tipos de organizações sociais, políticas e econômicas, de produção de material e de hábitos cotidianos de vida. Ele afirma que os modos de vida dos povos indígenas variam conforme o tipo de relações que são estabelecidas com o meio natural e sobrenatural (GERSEM, 2006).

1.6. Sociedade e cultura

Apesar de os nativos do Brasil centrarem a obtenção de alimentos na caça e na coleta, desenvolveram uma atividade agrícola rudimentar, destinada à subsistência, sendo que não produziam excedentes, e o comércio era reduzido a trocas de presentes, de maneira ritual. Dessa forma, a busca por acumulação de riqueza, típica das sociedades capitalistas, inexistia na vida tribal. Na agricultura, praticada pelo método da coivara⁴, produziam mandioca, milho, batata doce, amendoim, abacaxi e frutas em geral (GARLET, 2012).

Socialmente, não havia distinção entre abastados e despossuídos, sendo a terra considerada sagrada e pertencente à coletividade. Vigorava uma relação de igualdade social, típica do chamado “comunismo primitivo”. Entre os indígenas não há classes sociais como a do homem branco. Todos têm os mesmos direitos e recebem o mesmo tratamento. A terra, por exemplo, pertence a todos. Apenas os instrumentos de trabalho são de propriedade individual. O trabalho na tribo é realizado por todos, porém possui uma divisão por sexo e idade. As mulheres são responsáveis pela comida, pelas crianças, pela colheita e pelo plantio. Os homens

⁴ Técnica tradicional agrícola utilizada em comunidades indígenas no Brasil. Inicia-se a plantação através da derrubada da mata nativa, seguida pela queima da vegetação. Há então a plantação intercalada de vários produtos alimentícios (ESMPU, 2013).

ficam encarregados do trabalho pesado, a caça, pesca, guerra e derrubada de árvores (GARLET, 2012).

2. OBJETIVOS

Este artigo objetiva relatar aspectos sociais, culturais e econômicos percebidos durante visitas técnicas realizadas na aldeia indígena Pinhalzinho, setor Pinhalzinho, em Planalto, norte do estado do Rio Grande do Sul.

3. MÉTODOS DE PESQUISA

Com o intuito de aprofundar e conhecer melhor o público-alvo, foram realizadas dezenove visitas ao local, durante três meses, sob a forma de observação direta e conversas informais com índios e não índios da aldeia e do setor Pinhalzinho. As informações obtidas foram a respeito da forma de habitar, organização social, modo de vida, costumes, desejos e anseios da comunidade.

Paralelamente, foram realizadas entrevistas não estruturadas com profissionais diretamente ligados à área e que prestam assistência aos índios, entre eles destacam-se uma enfermeira, diretores das escolas e um antropólogo da FUNAI do município de Nonoai, órgão e localidade responsável pela Terra Indígena Nonoai. Nestas entrevistas foram apurados dados sobre as formas de ocupação, necessidades imediatas da comunidade, vulnerabilidade e a aculturação sofrida pelo público-alvo.

Os dados etários, etnias e de alfabetização foram obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE, 2013) e por consultas a página do Instituto Sócio-Ambientais⁵ (ISA, 2013).

4. DESENVOLVIMENTO

⁵ ISA é uma organização civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos (ISA, 2013)¹

Nessa etapa do trabalho serão abordados os temas:

- arquitetura indígena;
- forma de habitar atual do público-alvo;
- organização social e espacial;
- geração de renda;
- infraestrutura e sistema de circulação; e
- modelo de habitação proposta pelo Estado do Rio Grande do Sul e o município de Planalto para esses povos.

4.1. Arquitetura indígena

No Brasil há diversas tribos indígenas espalhadas por várias regiões do país. Cada tribo possui costumes, modo de organização social, rituais e arquitetura distinta. A arquitetura indígena é uma das mais importantes fontes de referência de construções realmente sustentáveis do ponto de vista ambiental, social, cultural e econômico. Os povos indígenas seguem uma visão de mundo mais integral entre homem e natureza e, assim, contribuem para a revisão de conceitos e princípios dos atuais paradigmas socioculturais da sociedade contemporânea (PRUDENTE, 2007).

A arquitetura dos povos indígenas deve ser reconhecida e valorizada pela sociedade não indígena, pois faz parte das raízes tecnológicas da própria arquitetura brasileira. Isso se deve a invisibilidade social dos indígenas, ainda hoje, em todo país. Além disso, houve preconceitos históricos de elites econômicas que a apresentavam como primitiva, selvagem ou atrasada (WEIMER, 2005 apud PRUDENTE, 2010).

Essa arquitetura revela uma capacidade em propor soluções para suas necessidades de abrigo procedente de uma visão de mundo que inclui a natureza e seus ciclos vitais. A partir do conhecimento dos materiais do seu meio circundante desenvolveram tecnologias apropriadas com caráter artesanal, conferindo dessa forma as melhores respostas tanto nos aspectos bioclimáticos quanto de apoio aos seus sistemas de crenças que

relacionam a casa tradicional com suas raízes ancestrais (CARRINHO, 2010).

As casas tradicionais construídas pelas sociedades indígenas apresentam, geralmente, um único espaço, sem divisórias, onde são desenvolvidas as atividades domésticas. Algumas comunidades constroem abrigos externos para junções diversas, que contam apenas com a cobertura, sem vedações laterais. As características dessas casas são influenciadas por fatores físicos como o clima, os materiais disponíveis, a topografia, além dos fatores sociais e simbólicos que norteiam a expressão material dessa comunidade (CARRINHO, 2010).

Segundo Veríssimo (1887, p.370) tudo que é relacionado ao índio, sua alimentação, subsistência e moradia, com exceção as poucas peças de roupas que mal lhes cobrem a nudez, proveio sem quase nenhum esforço da natureza.

O madeiramento para a casa, o cipó que faz às vezes de pregos, a palha das paredes e do teto, tudo é fornecido pela mata vizinha, que lhes dá ainda, na riquíssima variedade de fibra têxteis da sua numerosa família de palmeiras e bromélias, a matéria do balaio que lhes serve de baú, do tupé que lhes serve de tapete sob a rede a qual também fornecem a matéria prima e sempre as cordas que a suspendem. O barro e a argila para a construção da casa e do forno para a fabricação de panelas e outras vasilhas para a casa, a terra lhes dá abundantes coisas. A mata fornece-lhes ainda a caça, o rio, o peixe, a terra e seus frutos (VERÍSSIMO, 1887, p. 370).

A casa revela a constituição da família que a habita. Tanto no interior quanto no exterior, despida de qualquer conforto, sem os objetos mais indispensáveis a gente civilizada, faltam os aconchegos da vida da família regularmente organizada (VERÍSSIMO, 1887).

A casa, para os povos indígenas, é percebida como um elemento vivo, com seus ciclos de vida e morte associados às necessidades de cada grupo. Consideram a casa como um ente de extensão de seu próprio ser, que vai além de uma estrutura física como função utilitária (RAPOPORT, 1972 apud PRUDENTE, 2007).

4.2. Forma de habitar do público-alvo

O setor Pinhalzinho é de uso predominantemente residencial. O uso residencial está em condições precárias. Nas condições atuais, a população indígena vive em casas pequenas de madeira ou em casas de alvenaria, conforme Figura 4. As habitações não seguem um padrão construtivo e visivelmente há tempos não recebem manutenção. Com base nas visitas ao local, notam-se grandes fenestrações na parte externa. Através de algumas delas, conforme ilustra a Figura 5 pode-se conhecer o ambiente interno mesmo estando do lado de fora. Não existem banheiro e área de serviço dentro das habitações. A área de serviço, quando existente, é mais próxima da casa, em frente ou na lateral. Já o módulo sanitário localiza-se mais longe, geralmente, de 15,00m a 20,00m da habitação.

As habitações que apresentam banheiros e área de serviço, denominados de módulos sanitários, apresentam fossa séptica individual. Sem manutenção, quando a fossa se saturar, é substituída por outra, em local diferente. As habitações que não apresentam banheiro e áreas de serviço são dotadas de privadas individuais, não existindo manutenção, quando a unidade se tornar saturada, é desativada e construída uma nova em outro local.



Figura 4. Vista externa e interna de habitação indígena, fotografia obtida em 2013.

Fonte: autores, 2013.



Figura 5. Ambiente interno é conhecido do lado de fora, fotografia obtida em 2013.
Fonte: autores, 2013.

4.3. Organização social e espacial

Os índios tem um ritmo de vida próprio e autônomo. Nas comunidades indígenas não existe rotina, os índios ocupam livremente seu território, podem se locomover e morar em qualquer Terra Indígena reconhecida como tal, desde que haja autorização das lideranças indígenas sobre aquele espaço.

As lideranças dentro da aldeia indígena Pinhalzinho são nomeadas da seguinte forma: existe um responsável kaingang para toda a Terra Indígena Nonoai, ele é chamado de cacique e é quem controla e regula tudo o que acontece sobre aquele espaço. Não existe cacique guarani, eles são orientados por uma liderança de outra etnia. De acordo com os moradores guarani, isso acontece porque não existe um número maior de pessoas da etnia, mas que, com o passar do tempo e quando o número de indivíduos aumentarem será escolhido um cacique da etnia para representa-los. No Setor Pinhalzinho, o responsável é chamado de sargento e é ele que, na ausência do cacique, controla, organiza e aprova a entrada de novas famílias no setor, assim como representa todos os habitantes daquele espaço. O sargento é respeitado por todos os moradores e jamais toma decisões sem o consentimento do cacique.

Para o desenvolvimento desse trabalho, foi necessária a autorização, por escrito, do cacique da Terra Indígena Nonoai. Para conseguir tal documento, foi necessário conversar com o sargento e as lideranças não indígenas do setor Pinhalzinho. As lideranças não indígenas dos setores, geralmente,

são pessoas influentes nos quais os índios depositam total confiança. São eles que tiveram contato direto com o sargento e posteriormente com o cacique, antes mesmo da autora. Segundo uma das lideranças não indígenas, existe essa confiança, pois os índios acreditam que os não índios entram em seus territórios para explorá-los ou realizar alguma atividade que resulta em aspectos negativos para a comunidade indígena. Com o parecer e afirmação de um membro não indígena, o caminho para realizar o trabalho foi possível.

4.4. Geração de renda

A fonte de renda do público-alvo é variada. De acordo com informações da enfermeira responsável pelo Setor Pinhalzinho, 99% das famílias são beneficiadas com o Programa Bolsa Família (PBF). Há famílias beneficiadas com aposentadoria e, geralmente, no lote, plantam mandioca, batata doce, verduras, legumes e criam galinhas e porcos para consumo próprio. Algumas delas elevam a renda com produção e venda de artesanatos. Grande parte dos jovens e adultos trabalha em empresas do município ou de municípios vizinhos. A maioria optou por trabalhar em indústrias de alimentos localizadas em Chapecó/SC. Todos os índios do setor recebem cesta básica da FUNAI em alguns meses do ano. Gabriela Lamera comenta que, em algumas épocas específicas, muitos índios migram para Caxias do Sul/RS para trabalhar temporariamente.

Outra fonte de renda e base de matéria - prima para produção de artesanatos é oriunda do Parque

Estadual Florestal Nonoai (PEFN), de acordo com a Prefeitura Municipal de Planalto (PMP, 2013), o parque é uma mata ciliar fechada e preservada, com quase 18 mil hectares de mata virgem. A percentagem localizada dentro do município de Planalto possui terreno muito acidentado, em algumas partes plano ou levemente ondulado. Devido ao relevo acidentado não existe uma mecanização intensiva de lavouras, somente pequenas glebas permitem esse tipo de produção. Por isso, a exploração da mata é realizada apenas pelos índios, que conhecem seu interior e retiram dela diversos tipos de alimentos para subsistência e venda, como pinhão, mandioca brava, rã, tatu, quati, paca, peixe, pomba, diversos tipos de hortaliças e legumes. Retiram também, produtos para confecção e produção de utensílios e artesanatos, como por exemplo, o bambu, a vara de vime e a palha.

O público-alvo também cultiva o mel. A extração do recurso é manual e feita pelos próprios indígenas no interior do Parque Nonoai. Segundo relatos dos moradores, utilizando muita fumaça, nenhuma proteção ou máscaras, nem equipamentos específicos, eles adentram o parque e procuram o mel produzido por duas variedades de abelha, melífera ou mirim, que pode ser encontrado em diferentes espécies de árvores, dependendo da época do ano. Comentam que, dependendo da época do ano e do tipo de mel, varia a cor, o aroma e o sabor. Essa variação acontece pela predominância da florada utilizada para a produção. O produto que tem coloração clara apresenta sabor e aroma suave, enquanto que os mais escuros apresentam sabor e aroma forte e são mais nutritivos.

Segundo dados do IBGE (2013), referentes ao rendimento mensal na TI Nonoai, 87,15% declara não possuir rendimento; 43,85% declara receber mais de meio a um salário mínimo; e 31,20% declara receber até meio salário mínimo.

4.5. Infraestrutura e sistema de circulação

O setor Pinhalzinho é abastecido por rede de água tratada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). A infraestrutura existente no local ainda possui marcação e divulgação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) que era a responsável pelo abastecimento da água tratada, mas há um tempo a

responsabilidade passou ao SESAI. Segundo informações da secretaria, a água é retirada de uma fonte no interior do Parque Nonoai, bombeada, tratada e mantida em um reservatório localizado no ponto mais alto do setor, sendo levada até as casas pela gravidade. De acordo com dados do Censo 2010 (IBGE, 2013), referentes a TI Nonoai, 77,80% da população é beneficiada com a rede geral da SESAI, 18,60% utiliza água de poço ou nascente na propriedade, enquanto 4,10% utiliza água de poço ou nascente fora da propriedade.

Conforme observação direta, a área não apresenta rede de esgoto pluvial. As águas da chuva caem diretamente nos logradouros onde é parcialmente absorvida pelo solo e conduzida para áreas de níveis inferiores da gleba, nenhuma construção apresenta calhas ou captadores da água do telhado.

A energia elétrica da área é fornecida pela empresa Rio Grande Energia S.A. (RGE), de acordo com os funcionários da empresa, atendem 99% da população indígena. A energia da rede é trifásica, já a distribuição nas habitações é monofásica. A infraestrutura está instalada em algumas ruas do setor, não segue um padrão de localização, nem distanciamento padrão entre eles. O posteamento com a fiação elétrica e iluminação encontram-se em condições regulares e o material é predominantemente de madeira, mas estão sendo substituídos por postes de concreto.

O serviço de internet na área é prestado por uma empresa particular. O sistema tecnológico oferecido é *wireless*, sem fio, que permite a conexão sem o uso de cabos. É realizado através da instalação de uma antena e um rádio de transmissão, sendo o sinal recebido em alta frequência. Segundo o proprietário da empresa, há três anos é disponibilizado cobertura do sinal. Atende 95% da área indígena, com velocidade de até 2 Mb e possui disponibilidade de ampliação de sinal. Hoje em toda extensão da Aldeia, existem 16 famílias que pagam pelo serviço.

A coleta de lixo na área é também efetuada por empresa particular, terceirizada pela Prefeitura Municipal de Planalto (PMP). Segundo o proprietário, o recolhimento acontece de 15 a 20 dias, geralmente na quinta-feira, quando há acúmulo de lixo, lideranças do setor entram em contato para

o recolhimento, sendo que às vezes é necessária a visita antes dos 15 dias. O veículo destinado para coleta passa na RS – 324 onde estão localizados, no setor Pinhalzinho, dois pontos comunitários que articulam todo lixo produzido.

O material construtivo dos pontos de coleta é de tijolo de alvenaria rebocado e elevado do solo, apresentam dimensões pequenas, onde as unidades são poucas para atender todo conjunto. Segundo o responsável pela coleta, não existe a separação seletiva no setor, porém, o lixo recolhido é encaminhado para um espaço cedido pela prefeitura e nele há onze funcionários que separam o lixo

orgânico do inorgânico, que já chega misturado. O lixo inorgânico é separado por tipo e posteriormente vendido, o lixo orgânico em grande parte é destinado a adubo e uma pequena parcela é encaminhada para aterro. Segundo dados do IBGE (2013) referentes a TI Nonoai, 80.75% do lixo é queimado na propriedade, 18.5% é coletado e 1.5% é enterrado na propriedade.

Existe uma parada de ônibus que atende o setor, também localizada na RS – 324. É feita de tijolo de alvenaria, em péssimas condições, mas que ainda é utilizada pelos habitantes. A infraestrutura existente no setor está ilustrada na Figura 6.



Figura 6. Infraestrutura existente, fotografia obtida em 2013.
Fonte: autores, 2013.

O sistema viário dentro do setor possui um fluxo veicular intenso, pelo fato de ser um dos acessos, no sentido leste, do município. O acesso, que é o principal, se dá pela RS – 324 e possui pavimentação asfáltica. Essa é a única rua pavimentada, as demais, assim como em todos os setores que compõem a aldeia, são exclusivamente de chão batido, sem pavimentação e dificultando o acesso em algumas épocas do ano.

Com desenho orgânico, as ruas não apresentam dimensões padronizadas e foram surgindo conforme as necessidades dos moradores. Estão localizadas sempre próximas a grandes massas vegetativas, com potencial hídrico e as que fazem ligação direta com a RS – 324 estão localizadas em espaços próximos aos redutores de velocidade (conhecidos como quebra-molas ou lombadas). Todas as ruas dentro do setor possuem o sentido de mão dupla. Ambos os tipos de pavimentação estão ilustrados na Figura 7.



Figura 7. Pavimentação existente, fotografia obtida em 2013.
Fonte: autores, 2013.

4.6. Modelo de habitação proposta pelo estado do RS e município de Planalto

De acordo com Cruz (2005), o governo do Estado do Rio Grande do Sul propôs um programa para atender as necessidades básicas das diferentes comunidades indígenas gaúchas, proporcionando melhorias nas condições de vida a cada grupamento indígena.

O programa de habitação objetiva a construção de unidades habitacionais e centros comunitários de acordo com os hábitos e costumes da população indígena. O projeto desenvolvido possui 45,00 m²

(5x9) divididos em quatro ambientes distintos: varanda, com área de 15,00 m², onde o peitoril é de madeira e o piso de chão batido; área interna para o convívio reservado, com área de 15,00 m², separada da varanda por uma porta, piso de madeira que impede o uso do fogo no ambiente; dormitórios, com 7,50 m² cada, configurados por paredes e piso de madeira; esquadrias confeccionadas na obra, fixadas com dobradiças, conforme ilustrado na Figura 8 (CRUZ, 2005).



Figura 8. Planta baixa da habitação proposta pelo Governo do RS.

Fonte: Adaptado Cruz, 2005.

1.varanda/ 2.sala e cozinha/ 3.dormitório / 4.dormitório.

Fonte: autores, 2013.

A estrutura é composta por pilares de tora de eucalipto, que receberam tratamento superficial com asfalto, o piche. Na fundação são utilizadas toras de madeira de 20 cm de diâmetro e 100 cm de comprimento, ficando enterrados 70 cm (CRUZ, 2005).

O fechamento das paredes é com tábuas de madeira beneficiadas, vedadas com mata-junta, pelo lado externo, e o piso de assoalho é elevado do solo. A cobertura é em telha francesa de barro cozido, não apresentando forro. A madeira utilizada na estrutura é proveniente de madeira de reflorestamento, tratada com produtos hidrossolúveis ou óleo solúvel, conforme ilustração Figura 9 (CRUZ, 2005).

O município de Planalto também não se preocupa em propor um modelo de habitação para a área indígena. Hoje, o modelo disponibilizado pelo município, foge totalmente dos princípios e características das etnias existentes na região, kaingang e guarani. Conforme ilustrado na Figura 10, a habitação que vem sendo construída em alguns setores da aldeia possui características próximas às habitações construídas em loteamentos de não índios, fugindo da cultura existentes nesses povos, não resgatando técnicas e materiais construtivos e estimulando ainda mais o processo de aculturação, entendida como forçada.



Figura 9. Vista da proposta do governo do estado do RS.
Fonte: Cruz, 2005.



Figura 10. Habitação em construção na aldeia indígena de Planalto, fotografia obtida em 2013.
Fonte: Cruz, 2005.

5. RESULTADOS

Segundo relatos dos moradores do Setor Pinhalzinho, nas aldeias dessa região, a diferenciação das etnias se dá pela educação, terra e moradia. Salientam que casas e limites de terra têm que estar separados, assim, Kaingang respeita Guarani e vice versa. Outra diferenciação é dada pela marca Kaingang e marca Guarani, onde cada índio desenha no rosto e em outras partes do corpo seus símbolos e de acordo com seu sangue, originam-se essas marcas, geralmente com base nas crenças. Quando indagados sobre a diferença das etnias, mesmo sem marcas, consideram ser de fácil identificação. Podem ser diferenciados pelas características e expressividades de cada índio, onde o kaingang apresenta expressão extrovertida, jeito de metido e liberal, já o guarani apresenta jeito calmo, quieto, e é mais fechado para expor suas opiniões.

Com base no contato direto com os moradores, a autora percebeu que a população indígena Kaingang está mais vulnerável, se comparado à população indígena Guarani, a situações e exposições fora dos costumes indígenas.

A etnia Kaingang não se preocupa tanto em resgatar e preservar as tradições culturais. Quanto mais

próximos à cidade e aos costumes dos não índios, para a maioria, mais interessante se torna a vivência. Um exemplo disso, é a preocupação dos moradores da etnia quando afirmam que as casas destinadas aos índios, seguem o mesmo padrão das construções das casas dos não índios. Porém, não é por apresentar padrões fora da realidade indígena de viver e construir, é pelo fato de não apresentar ambientes compatíveis com a situação das famílias. Se pudessem escolher, gostariam de morar em casas espaçosas e, de preferência, na cidade.

Contrários à etnia Kaingang, a Guarani é mais conservadora. Com as mesmas opções e facilidade de convivência com os não índios, os moradores, ainda assim tendem a permanecer e seguir as tradições culturais. O fato das famílias beneficiadas com uma casa padrão do município se recusarem a construí-la no lugar da casa antiga, abrindo mão do conforto, é um exemplo da sua necessidade em manter-se ligado às tradições. Justificam-se afirmando que na casa nova não terão espaço suficiente para assar seus alimentos, forte costume dessa etnia.

Frente às propostas de habitação do governo do estado e do município de Planalto para habitação para povos indígenas, é perceptível a total falta de interesse, incentivo e preocupação em criar um projeto que respeite, valorize e resgate as características existentes entre os povos. Por mais que se objetiva construir de acordo com os costumes indígenas, os projetos propostos para as comunidades indígenas, foge da cultura existente entre eles. Não resgata técnicas construtivas no projeto, muito menos materiais associados à cultura, nem apresenta diretrizes que condizem com a realidade de cada povo e cada etnia, criando um modelo único de habitação para todas as etnias existentes no estado, sendo que cada grupo possui e carrega consigo características simbólicas peculiares.

Conhecendo a história indígena, que é carregada de informações e mitologias extraordinárias, é possível construir um futuro que respeite as características desses povos, sem abrir mão das necessidades atuais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta análise fica evidente a importância de conhecer as diferenças entre as etnias e os povos indígenas, para desenvolver e propor soluções adequadas e que respeitem, valorizem e preservem as características culturais e distintas entre os povos.

Outro aspecto absorvido foi que, é possível desenvolver projetos de habitação indígena sem perder as características culturais. Primeiramente por existir referências e dados suficientes para isso e também pelo fato de existir interesse das comunidades indígenas em manter os laços com a cultura, fato solicitado inúmeras vezes pela comunidade do Setor Pinhalzinho. O modelo de habitação que as etnias kaingang e guarani do município de Planalto possuem hoje foge totalmente da cultura, mas acabam sendo adotados pelos indígenas por não existir outra forma de moradia que lhes proporcione mais conforto e que preserve suas raízes históricas.

Portanto, é notório o interesse geral do público-alvo em entrar e fazer parte da modernidade, porém, o passe primordial e principal para essa entrada é a tradição indígena.

Referências Bibliográficas

BALLIVIÁN, J. M. P. Artesanato Kaingang e Guarani: Territórios Indígenas – Região Sul. 260 p. 1 ed. São Leopoldo - RS: Oikos, 2011.

BRASIL. Governo Federal. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília – DF, 2010.

CARRINHO, R. G. Habitação de Interesse Social em Aldeias Indígenas: uma abordagem sobre o ambiente construído Mbyá-Guarani no litoral de Santa Catarina. 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2010.

CRUZ, J. T. Habitação Indígena para a Aldeia Mbyá Guarani da Lomba do Pinheiro. Estudo de caso apresentado para disciplina de projeto VII. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2005.

GARLET, D. J. Origem do homem e primeiros Estados. Santa Maria – RS: Editora Totem Ltda, 2012.

GERSEM, L. S. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Ministério da Educação continuada, alfabetização e diversidade. Brasília – DF: LACED/Museu Nacional, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2010 – Banco de dados. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

ISA - INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. Mapas – Terras Indígenas no Brasil: Região Sul. Brasília – DF. Disponível em: < <http://www.socioambiental.org/pt-br/mapas>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

NOVAES, S. C. Nações indígenas. Pensando o Brasil desafio constituinte. São Paulo – SP, 1985. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451985000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 maio. 2013.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. No Brasil atual. Brasília – DF. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 12 maio. 2013.

PMP – PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO. Informações. História do município. Planalto – RS. Disponível em: <<http://www.planalto.rs.gov.br/>>. Acesso em: 19 maio. 2013.

PRUDENTE, L. T. Arquitetura Mbyá – guarani na Mata Atlântica do Rio Grande do Sul: Estudo de Caso do Tekoá Nhüu Porã. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre - RS, 2007.

SIASI – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA. População indígena. Brasília – DF. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/2/principal.html>>. Acesso em: 22 maio. 2013.

VERÍSSIMO, J. As populações indígenas e mestiças da Amazônia. 1887. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 295 – 390. Tomo L. Rio de Janeiro – RJ, 2010.

WEIMER, G. A Arquitetura. 165 p. 3 ed. Porto Alegre – RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

WEIMER, G. (org.) A Arquitetura no Rio Grande do Sul. 2 ed. 224 p. Porto Alegre - RS, Mercado Aberto, 1987.